

## **A avaliação institucional no Ensino Superior em Angola como mecanismo de gestão da qualidade: tendências e lógicas subjacentes**

**Maria da Conceição Barbosa Mendes<sup>1</sup>**

Faculdade de Economia da Universidade Katyavala Bwila – Benguela, Angola  
saobarbosa67@yahoo.com.br

O percurso do ensino superior em Angola revela um quadro marcado por progressos expressivos em termos de estruturação e de adequação/adaptação das instituições aos mais diversos e adversos contextos de intervenção, do mesmo modo que indicia um conjunto de desarticulações relativamente aos dispositivos educativos, tanto ao nível macro como micro estrutural. Tais desarticulações têm-se reflectido na fraca funcionalidade das instituições de ensino superior e, em consequência, na débil capacidade destas para dar conta das tendências e desafios actuais do próprio sistema educativo. A estes factores se junta a ausência da avaliação enquanto prática que poderia permitir a pilotagem das dinâmicas organizacionais, bem como a garantia e promoção da qualidade educativa. A premência da implantação de um sistema integrado de avaliação e de garantia da qualidade do subsistema e das instituições de ensino superior em Angola, apesar de não ser um elemento totalmente novo, torna-se mais relevante e referenciado nos últimos anos, o que tem mobilizado os diversos actores organizacionais, situados nos diferentes níveis de intervenção, no sentido da sua conformação em termos de concepção e regulamentação. Assim, esta comunicação aborda a avaliação institucional no ensino superior em Angola, procurando a construção de um quadro hermenêutico focalizado nas lógicas subjacentes e características emergentes de um processo que se encontra em fase inicial de configuração, isto é, o sistema nacional de avaliação do ensino superior em Angola, a partir da análise das percepções dos actores e das tendências implícitas à legislação existente.

**Palavras-chave:** avaliação institucional; interioridade e exterioridade avaliativas; qualidade educativa.

---

<sup>1</sup> Maria da Conceição Barbosa Mendes é doutorada em Organização e Administração Escolar pela Universidade do Minho. Professora Associada da Faculdade de Economia e do Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Katyavala Bwila, em Benguela, Angola e investigadora colaboradora do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, Braga - Portugal.

## **Introdução**

A consolidação do ensino superior, no âmbito das políticas do Estado, é vista como um factor para a garantia da qualidade da formação, tanto ao nível da graduação como da pós-graduação em Angola. Assim, as políticas educativas, no contexto do ensino superior, têm sido objecto de reformulação, fazendo parte de projectos legislativos que visam a melhoria da qualidade do desempenho das instituições de ensino superior (IES), bem como dos centros de investigação científica e dos cursos ministrados. Particular atenção tem sido conferida à avaliação institucional, resumindo-se, por agora, na procura de mecanismos institucionais e legais que possam dar corpo a um sistema, que se pretende robusto, para a promoção e a garantia da qualidade educativa. Assim, enquanto tópico de estudo, a avaliação institucional constituiu-se como um campo de formação prioritário, situada, também, entre as profissões prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento do ensino superior (ENFQ, 2012: 173) e do país, num contexto caracterizado por exigências de alto nível em termos tecnológicos e científicos.

A inexistência de um sistema estruturante de organização da avaliação institucional é referenciada como um dos pontos de estrangulamento actual do subsistema de ensino superior, enquanto factor que constrange o desenvolvimento qualitativo das IES.

Entre os documentos que constituem “indicativos obrigatórios” para a abordagem de matérias relacionadas com as instituições educativas em Angola são de referenciar a Lei de bases do Sistema Educativo angolano (LBSE), o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) e a Estratégia Nacional para a Formação de Quadros (ENFQ), cuja validade se aplica à abordagem da avaliação institucional no contexto do ensino superior em Angola.

## **Avaliação e Melhoria do Ensino Superior**

As linhas mestras para a melhoria da gestão do subsistema de ensino superior e o respectivo plano de implementação podem ser considerados como os elementos mais estruturantes no âmbito das políticas educativas que visam a melhoria da qualidade do ensino superior, em geral, e das instituições e cursos desse nível, em particular. Para dar corpo e operacionalizar essa intenção, foi recentemente criado o Instituto Nacional de

Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES), cuja missão consiste em “promover e monitorar a qualidade das condições técnico-pedagógicas e científicas criadas e dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior [...]” (artigo 2º, Decreto Presidencial n.º 172/13, de 29 de Outubro).

Percepciona-se que há intenção de se configurar um quadro avaliativo de natureza abrangente, pois, as acções de monitoria da qualidade levam subjacente uma lógica que incorpora a dimensão pedagógica, científica, bem como a prestação de serviços à comunidade, por parte das instituições educativas. Ao ser prevista a “verificação das condições técnico-pedagógicas e científicas para a criação de instituições de ensino superior”; o estabelecimento de “critérios de avaliação, de modo a obter a tradução dos seus resultados em apreciações qualitativas”; o estabelecimento de um “quadro classificatório das instituições de ensino superior e cursos a nível nacional, em função dos resultados de avaliação obtidos” (alíneas d, g, n – artigo 6º, Decreto Presidencial n.º 172/13, de 29 de Outubro), fica evidenciada a tendência de se configurar um sistema de avaliação que se venham a orientar por lógicas de uma avaliação com sentido diagnóstico e prognósticos que leva subjacente tanto uma metodologia qualitativa como classificatória.

Outros documentos de referência que incorporam, de forma expressa, linhas políticas sobre a avaliação no contexto da educação superior é o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ, 2012), no qual são identificáveis um conjunto de elementos que reportam a avaliação institucional como um mecanismo para a melhoria da qualidade do ensino superior. Entre tais elementos são de enumerar o desenvolvimento do sistema de avaliação do ensino superior, considerando:

- Um primeiro ciclo de avaliação, cuja implementação deveria ocorrer a partir de 2014, com uma abordagem pedagógica, de trabalho com as instituições no sentido de identificar as acções necessárias à melhoria da qualidade do ensino superior;
- Uma fase posterior, a ser realizada após a primeira ronda completa de avaliação, subentende-se do primeiro ciclo, em que os resultados da avaliação poderão ter consequências, entre as quais a concessão de autorizações de funcionamento de cursos e das próprias instituições educativas;

- Definição e implementação do Sistema de Informação do Ensino Superior, tendo sido estabelecida como fase inicial o ano 2013, que consistiria na definição de indicadores a recolher regularmente, a partir de 2014, como instrumento de regulação, designadamente no apoio à decisão e às actividades de avaliação;

A reformulação do Estatuto da Carreira do docente do ensino superior consta também como uma medida que poderá impor mais rigor à admissão e progressão na carreira, com vista à melhoria do desempenho dos docentes e, conseqüentemente, a prestação formativa nas instituições. Para o efeito, a tendência aponta para a conformação da avaliação do desempenho docente assente em duas dimensões fundamentais: a avaliação do desempenho pedagógico e do desempenho científico, incluindo entre as exigências a formação pedagógica.

### **Bipolaridade da avaliação: interioridade e exterioridade**

A análise da avaliação institucional com base no seu grau de interioridade ou de exterioridade permite compreender a sua bipolaridade interna e externa, tendo como critério de categorização a localização dos actores promotores da avaliação, considerando o grau de envolvimento no processo, decorrendo disso as perspectivas sob as quais os olhares focam a realidade concreta a avaliar. Os olhares assumem, assim, dois sentidos: a partir de dentro e os olhares a partir de fora, sem excluir as variações relativas ao grau de participação ou de envolvimento dos intervenientes no processo, desde a decisão para a realização da avaliação, isto é, a iniciativa, sua concepção até a sua realização e tomada de decisão relativamente aos seus resultados.

#### *Avaliação enraizada na interioridade*

A avaliação com sentido de interioridade pode ser entendida como um processo desencadeado pelos actores institucionais da própria universidade, os designados actores de terreno, visando produzir informações que possam dar conta das dinâmicas institucionais, desde uma perspectiva interna. Trata-se da auto-avaliação como um processo de autoconhecimento cujo resultado pode permitir a auto-regulação. A auto-avaliação, como o termo sugere, diz respeito aos processos e estratégias que as instituições adoptam visando o autoconhecimento, sendo vista como uma “Estrategia de revisión y mejora del desarrollo,

significa que un centro genera procesos y formas de trabajo dirigidos a autorrevisar lo que se hace cotidianamente” (Zabalza, 1987, *ap.* Arredondo, 2003: 18). Significa que a auto-avaliação ou avaliação interna é levada a cabo pela própria comunidade universitária, onde os actores assumem duplo estatuto, o de avaliados e o de avaliadores sem, no entanto, excluir a participação externa, no caso, a assessoria de especialistas externos, assumindo a figura de amigo crítico.

Dias Sobrinho (2003) sugere que a avaliação interna seja levada a cabo pela comunidade universitária interna e externa, devendo, contar com ampla participação da comunidade interna, a quem se reserva o maior protagonismo no processo. A imagem institucional é construída de dentro para fora, o que, acarreta um forte sentido de despertar de consciência sobre a imagem que se deseja projectar e colocar à disposição de avaliadores externos (Ristoff, 2003).

#### *Avaliação enraizada na exterioridade*

##### A avaliação externa (olhar a partir de fora)

Es la evaluación que se realiza desde fuera del ámbito escolar y que pretende ofrecer a los componentes del sistema educativo, otro punto de vista que hay que añadir a la evaluación interna que ellos realizan. Debe ser un elemento de contraste que enriquezca el proceso educativo y debe tener una dimensión propedéutica y nunca inquisitorial (MEC *ap.* Arredondo, 2003: 84).

Nesta acessão sobressai o carácter público da avaliação e a imprescindibilidade da articulação e complementaridade entre a face interna e a externa da avaliação. Para B. Santos (1997) a avaliação mesmo que efectuada pela própria comunidade universitária tem sempre um carácter externo, dado que coloca a utilidade social da universidade num conjunto mais amplo de utilidades sociais; a avaliação, mesmo que implicitamente, encerra uma comparação entre modelos institucionais e seus desempenhos. A avaliação externa surge estreitamente vinculada à avaliação interna, numa perspectiva de complementaridade ao processo inicial. A instituição submete-se a uma avaliação externa após a realização da avaliação interna, cujos resultados são consolidados num relatório consistente que serve de base para a referida avaliação externa e, esta deve ser coerente com os objectivos da avaliação interna (Dias Sobrinho, 2003). A avaliação externa, pelo seu carácter de exterioridade, poderá ajudar a corrigir as possíveis subjectividades consequentes da avaliação interna (erros de percepção, posicionamentos banhados nas tensões do quotidiano

e acrílicos dos actores internos) do mesmo modo que “alimenta novos processos internos” (Dias Sobrinho, 2000: 127).

A adopção de critérios de avaliação externos pode permitir a organização continuar a ter êxitos, por definição social, promovendo a sua sobrevivência (Meyer e Rowan, 1999). A universidade enquanto organização institucionalizada, cujo êxito depende da confiança e credibilidade social alcançadas, sujeita-se às (re)definições sociais da qualidade do seu produto. Os empregadores e a sociedade em geral têm papel determinante na apreciação da pertinência e relevância das formações ministradas. Quer dizer que, com frequência os ambientes e as organizações redefinem a natureza dos produtos o que tem implicações na avaliação, pois, muitas vezes essa redefinição ajuda a clarificar as técnicas ou os critérios de avaliação (DiMaggio & Powell, 1999).

Em termos de participantes a avaliação externa conta com um envolvimento mais abrangente, pelo facto de que as comissões podem ser integradas por pares da comunidade científica, pertencentes a outras instituições educativas (nacionais e estrangeiras), por membros de órgãos públicos ligados à educação, à ciência e à tecnologia, por representantes da sociedade organizada (associações profissionais e sindicatos) e por ex-alunos. No entanto, para estes intervenientes é requerida reconhecida capacidade e competências técnicas, científicas, metodológicas, bem como amplos conhecimentos e compreensão sobre as organizações, particularmente sobre as IES.

A interioridade e a exterioridade da avaliação poderão ser processos mais ricos se forem concebidos num sentido de complementaridade e não de exclusividade de uma ou de outra faceta. A universalidade e a diversidade académica da própria universidade são compagináveis com perspectivas focadas na multidimensionalidade. A esse respeito, Coêlho (2003) defende que o mais importante em processos avaliativos não é contestar ou defender os agentes avaliadores ou os lugares institucionais a partir dos quais a avaliação será realizada mas discutir e pensar a avaliação com um sentido académico.

### **Avaliação institucional como mecanismo de gestão da qualidade**

Para a análise e inferência das representações conceptuais que os actores institucionais do ensino superior, entre gestores e académicos, traçam sobre a avaliação

institucional são considerados dois conceitos-chave: a qualidade e a avaliação. Trata-se de uma tentativa de, a partir destes conceitos, perceber os significados conferidos aos mesmos e a forma como se articulam no contexto do ensino superior.

À partida, a análise é centrada num levantamento, não exaustivo, dos possíveis eventos associados à qualidade educativa em Angola. Neste sentido, é possível perceber que a massificação da educação implícita à nacionalização e à democratização, decorrente de um momento histórico particular vivenciado, teve como consequência a explosão estudantil em todos os níveis de ensino. De modo particular no ensino superior e segundo dados constantes no documento “Reflexões sobre a evolução do sistema de educação em Angola ao longo dos 35 anos de independência” (MED, s/d.), essa explosão ocorreu entre os anos 2009 e 2011 (aproximadamente). Antes da independência nacional (entre 1962-1975), o número de estudantes era de 2.354, tendo passado para 11.178 entre 1992-2001. Esse número subiu para 46.838 entre 2002-2011 e mais recentemente os registos apontam um valor aproximado de 116.805 estudantes, dos quais 55.180 correspondem a matrículas em IES privadas.

Este aumento considerável do efectivo estudantil nem sempre encontra correspondência com a evolução dos dispositivos educativos, especialmente o corpo docente, infra-estruturas e recursos financeiros, o que provoca sérios desequilíbrios estruturais e funcionais e, conseqüentemente, a perda de qualidade inerente à combinação quantidade e qualidade. É neste contexto que as representações, dos gestores e académicos entrevistados, sobre a avaliação no ensino superior são frequentemente associadas à qualidade da formação e do desempenho das IES numa vertente essencialmente empresarial e económica. É expressamente reconhecido que as informações disponíveis carecem de precisão o que, à partida, limita qualquer inferência objectiva sobre a qualidade. Contudo, considera-se que, provavelmente, a qualidade educativa não satisfaz as expectativas dos vários actores e agentes, directos ou indirectos, da educação superior em Angola, bem como dos beneficiários directos (individualmente) e do próprio mercado do trabalho.

Estas representações têm como fundamento múltiplos factores, entre os quais os de ordem estrutural, financeira, material e mesmo em termos de recursos humanos (docentes e pessoal técnico-administrativo), os quais evidenciam desconexões estruturais.

A questão da qualidade educativa em Angola, particularmente no que diz respeito à educação superior, faz parte dos discursos das autoridades do Estado, dos gestores, dos académicos e dos próprios utilizadores. São apontadas insuficiências de várias ordens que se expressam na desarticulação dos dispositivos educativos desde os infra-estruturais, humanos, financeiros, pedagógicos, incluindo a impreparação dos ingressados. Do mesmo modo, há reconhecimento de que as políticas e prioridades de gestão e de desenvolvimento do ensino superior em Angola focaram, essencialmente, até muito recentemente (2012), o plano quantitativo. Houve investimentos no aumento da capacidade institucional para acolher o maior número possível dos contingentes de estudantes provenientes dos níveis de ensino precedentes.

Corroboram as ideias antes descritas as normas gerais reguladoras do subsistema do ensino superior (NGRSES) nas quais são expressos referenciais que se alinham à necessidade de melhoria da qualidade, num contexto caracterizado pela criação de novas IES públicas o que foi tido como um dos fundamentos para as alterações recentemente operadas no subsistema de ensino superior.

A questão da qualidade é, assim, associada à avaliação das IES o que implica uma abordagem mais elaborada e fundamentada, metodológica e cientificamente, de tal modo que o processo permita avaliar, garantir e elevar a qualidade. Será importante alargar a envolvente do conceito qualidade educativa, pois, como refere Dias Sobrinho (2012: 612), a qualidade deve estar referida às funções centrais das instituições educativas superiores como “la formación de ciudadanos-profesionales portadores de conocimientos y valores fundamentales a la vida social y a la construcción de una sociedad justa y desarrollada económica y culturalmente”.

Outra reflexão implícita a esta análise é relativa à própria qualidade da avaliação, ou seja numa perspectiva de avaliação da avaliação (meta-avaliação). Está em causa a configuração de uma avaliação que integre um conjunto de parâmetros de e com qualidade, o que pressupõe não apenas a aplicação de instrumentos standardizados de avaliação mas também, de acordo com Figari (2008), relacionar os resultados produzidos com o modelo de inteligibilidade que serviu para os construir, pois, é desta forma que adquirem significação.



As apreciações relacionadas com o desempenho das IES sinalizam maior ou quase exclusiva concentração dos actores universitários na realização de actividades do âmbito do ensino. Tal facto denota um cumprimento parcial das funções atribuídas às IES, na medida em que estas são definidas como “centros vocacionados para a promoção do ensino, da investigação e da prestação de serviços à comunidade” (Decreto n.º 90/09, de 15 Dezembro, art.º 28º, § 1). Está-se, assim, em presença de uma universidade, na prática, voltada para a formação de profissionais, isto é, uma universidade profissionalizante. Ficam por cumprir as funções inerentes à investigação e à extensão universitária, o que, concordando com Silva (2004: 433) “tem contribuído para retirar à universidade a base da sua legitimidade científica e académica”, já que não se pode afirmar como organização do conhecimento.

A confrontação da essência destes referenciais com algumas informações disponíveis sobre o ensino superior permitem constatar que não se trata de uma questão nova, senão que retoma algum tempo. Em 2001, no âmbito da estratégia integrada para a melhoria do sistema educativo, foi assinalado que o ensino superior vivenciava “uma grave situação de carência de infra-estruturas, equipamentos, meios técnicos de ensino e investigação, carência de pessoal docente” (Governo da República de Angola, 2001: 29). O estudo realizado por Silva (2004: 404) também apontou a existência, em 2004, de grandes limitações na actuação da universidade, em termos de investigação científica, o que não deixou de afectar o impacto social da universidade, considerado, pelo autor “quase nulo”.

Considerando a grande parcela de responsabilidade conferida aos docentes na consecução dos objectivos da universidade, pode ser justo associar o hiato entre o previsto e o realizado pelas IES em Angola com o incumprimento das funções substanciais, de ordem geral e específica, dos académicos, principalmente as que se destinam à promoção da investigação científica (Decreto n.º 3/95, de 24 de Março). Cabe aos docentes, enquanto principais actores a quem compete dar corpo às dinâmicas que conformam a essência universitária, providenciar e intensificar acções voltadas à investigação e à produção do conhecimento, o que poderia permitir à universidade “demonstrar a imprescindibilidade da sua acção, não apenas retoricamente, mas com uma intervenção viva e actuante, consubstanciada nos princípios da autonomia e liberdade académicas” (Silva, 2009: 10).

## **Considerações Finais**

A avaliação é referenciada como uma ferramenta de auxílio à gestão institucional tendo como fim último a promoção e a garantia da qualidade educativa, expressa na melhoria contínua dos processos educacionais visando alavancar o desenvolvimento da instituição face às inúmeras situações decorrentes do contexto interno e externo.

As características subjacentes à conformação do sistema nacional de avaliação institucional revelam uma avaliação que tende, numa primeira fase, para uma pilotagem preliminar das condições técnico-pedagógicas e científicas para a criação de IES e a abertura de novos cursos. Reserva-se também espaço para uma avaliação com sentido diagnóstico e prognóstico, enquanto ferramenta de monitoria da acção organizacional e dos seus resultados, como base para a projecção da melhoria e a garantia da qualidade.

Entre os desafios actuais, no contexto avaliativo, se inscreve a criação do capital humano necessário ao fortalecimento das competências em matéria de avaliação e acreditação do ensino superior, tanto ao nível da tutela como das universidades e respectivas unidades orgânicas, sem descuidar a criação de condições institucionais, em termos de unidades funcionais, entre as quais as comissões de avaliação que venham a assumir tarefas inerentes à concepção e à definição dos padrões de qualidade e mecanismos para garantir uma estruturação fundamentada do sistema de avaliação e de garantia da qualidade e sua operacionalidade nas vertentes interna e externa.

## **Referências Bibliográficas**

- ARREDONDO, S. C. (2003). *Vocabulario de Evaluación Educativa*. Madrid: Pearson Educación.
- COELHO, I. M. (2003). Educação Superior: por uma outra avaliação. In L. F. Dourado; A. M. Catani & J. F. de Oliveira (Orgs.). *Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Alternativa, pp. 117-135.
- DIAS SOBRINHO, J. (2000). *Avaliação da Educação Superior*. Petrópolis: Vozes.
- DIAS SOBRINHO, J. (2003). Avaliação da Educação Superior, Regulação e Emancipação. In J. Dias Sobrinho & D. I. Ristoff (Orgs). *Avaliação e Compromisso Público: a educação superior em debate*. Florianópolis: Insular, pp. 35-52.

- DIAS SOBRINHO, J. (2012). Políticas y Conceptos de Calidad: dilemas y reptos. *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, [online], vol 17, n.º 3, Sorocaba, nov. 2012, pp. 601-618. Disponível em: <[http:// submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/105892/7566](http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/105892/7566)>. Acesso em: 14 Novembro. 2012. pp. 601-617.
- DIMAGGIO, P. J. & POWELL, W. W. (1999). Retorno a la Jaula de Hierro. In: W. W. Powell, & P. J. DiMaggio (Comps.). *El Nuevo Institucionalismo en el Análisis Organizacional*. México: Fondo de Cultura Económica, pp. 104-125.
- ESTRATÉGIA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE QUADROS (2012). Governo da República de Angola, Casa Civil da Presidência da República. Relatório Final.
- FIGARI, G. (2008). Avaliação de Escolas: questões, tendências e modelos. In M. P. Alves, & E. A. Machado (Orgs.). *Avaliação com Sentido(s): contributos e questionamentos*. Santo Tirso/Portugal: De Facto Editores, pp. 41-72.
- GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA (2001). *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015*. Disponível em: <[http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola\\_Estrategia\\_Integrada\\_Melhoria.pdf](http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Estrategia_Integrada_Melhoria.pdf)>. Acesso em: 24 de maio 2012.
- MEYER, J. W. & ROWAN, B. (1999). Organizaciones Institucionalizadas: La estructura formal como mito e cerimonia. In: W. W. Powell & P. J. DiMaggio (Comps.). *El Nuevo Institucionalismo en el Análisis Organizacional*. México: Fondo de Cultura Económica, pp. 79-103.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA - MED. (s/d.). *Reflexões sobre a Evolução do Sistema de Educação de Angola ao longo de 35 anos de Independência*. Disponível em: <<http://www.med.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=651>> Acesso em: 24 de Maio 2012.
- REPÚBLICA DE ANGOLA. Decreto n.º 3/95, de 24 de Março - publicado no Diário da República I Série - n.º 12 - aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária.
- REPÚBLICA DE ANGOLA. Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro - publicado no Diário da República. I Série - n.º 87 - estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema do ensino superior.
- REPÚBLICA DE ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 172/13, de 29 de Outubro - publicado no Diário da República. I Série - n.º 208 - aprova o Estatuto Orgânico do

- Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior.
- REPÚBLICA DE ANGOLA. PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE QUADROS 2013-2020 (2012).
- RISTOFF, D. I. (2003). Algumas Definições de Avaliação. In J. Dias Sobrinho & D. I. Ristoff (Orgs.). *Avaliação e Compromisso Público: a educação superior em debate*. Florianópolis: Insular, pp. 21-31.
- SANTOS, B. de S. (1997). *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, E. A. (2004). *O Burocrático e o Político na Administração Universitária: Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia/ Universidade do Minho.
- SILVA, E. A. (2009). Autonomia e Liberdade Académicas na UAN: Realidade ou utopia? *Revista Angolana de Sociologia*. (2009). Luanda, n.º 3. Junho 2009, pp. 9-29.
- ZABALZA, M. A. (1987). *La Evaluación Formal del Currículum*. Madrid: Narcea.